

## EDITORIAL

Esta edição é a primeira do ano de 2024 e materializa nossa retomada da periodicidade. De maneira ímpar, foram envidados esforços para aperfeiçoamento e ajustes no fluxo editorial, o que resultará em melhoria e impacto significativo na difusão de nosso periódico. Também, na preservação deste espaço que é de extrema importância para pesquisadores e profissionais da Segurança Pública e das Ciências Policiais, que têm aqui sua acolhida e possibilidade de publicização de seus trabalhos.

O artigo inicial é de Paulo Guido Pavelski e descreve a *Avaliação do impacto e percepção populacional: um olhar abrangente sobre o Programa de Patrulha Rural Comunitária 4.0 na 8ª CIPM do Paraná* com discussão sobre a crescente incidência de furtos e roubos contra propriedades rurais e a urgência na implementação de políticas públicas voltadas para a segurança no campo. Antônio Eduardo Cavalcante Barros; Antônio Harley Alencar Alves Filho e Renato Pires Moreira apresentam *A relevância da gestão do conhecimento produzido pela Inteligência de Segurança Pública na prevenção de crimes violentos contra a vida: estratégias e resultados da Polícia Militar do Ceará* com abordagem sobre as contribuições da gestão do conhecimento produzido pela inteligência de segurança pública na prevenção dos crimes violentos letais e intencionais (CVLI), com ênfase na atuação da Polícia Militar do Ceará. *O Sistema Jurídico Policial brasileiro: do Brasil Colônia ao Pacote Anticrime* é o trabalho apresentado por Romildson Farias Uchôa e Leonardo Oliveira Freire, onde abordam os órgãos diretamente responsáveis pela segurança pública no Brasil, em escorço histórico sobre os órgãos que ao longo do tempo foram incumbidos da segurança e manutenção da ordem pública no país. Francisco Xavier Medeiros de Castro e Cerlene Sobrinho Santos contribuíram com o artigo intitulado *O Policiamento Orientado para a Solução de Problemas como alternativa ao fenômeno da 'hipermilitarização' das Guardas Municipais*, em que propõem a adoção de metodologias que priorizem a prevenção primária e outros aspectos da segurança preventiva pelas Guardas Municipais em contraponto ao estereótipo militar que algumas adotam. O artigo *O Liberalismo Criminal: uma investigação sobre os fundamentos do Código criminal brasileiro de 1830*, de autoria de Daniel Augusto de Alcaniz Santos e Leonardo Oliveira Freire, aborda os fundamentos filosóficos e circunstâncias históricas que permeavam a elaboração e a promulgação do Código criminal de 1830, primeira lei desta natureza produzida em solo nacional. Esta edição se encerra com o artigo *A presença de múltiplas organizações criminosas na cidade de Mossoró: gênese do caos criminal*, de autoria de Alex Wagner Alves Freire; Hilderline Câmara de Oliveira e Júlio Mário Maia Júnio, em que debatem a onda de violência que assolou a cidade de Mossoró do Rio Grande do Norte, muito em decorrência da presença de múltiplas facções criminosas do Oeste Potiguar, como exemplo, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Sindicato do Crime do RN (SDC RN).

Finalizamos com o convite aos pesquisadores e profissionais da Segurança Pública, para que contribuam com o nosso periódico.

Ao leitor, uma boa leitura!

Cuiabá – MT, abril de 2024.

*Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho*  
*Editor Geral da RIBSP.*

